

# Acusações marcam o início do Fórum de Entendimento

Congresso

\* 8 MAI 1991

Valdir Messias

José Leonardo Rocha

Começou com confusão e acusações a primeira reunião de trabalho do Fórum de Entendimento Nacional, ontem à noite. Na comissão que discute as relações capital-trabalho, o PDT, descontente com um acordo sigiloso entre PMDB e PFL para dividirem entre si a relatoria e a presidência, reclamou, provocou uma interrupção da reunião e não voltou para o encerramento. O senador Garibaldi Alves, do PMDB, ficou mesmo com a presidência, e Arnaldo Faria de Sá, do bloco governista, como relator-geral. Hoje, às 11h30, a comissão volta a se reunir para definir os nomes dos seis relatores-parciais.

O desentendimento marcou a primeira reunião, assim como a desorganização, tanto dos partidos como das presidências da Câmara e do Senado, atrasou o início dos trabalhos. Os partidos, até o final da tarde, não haviam definido todos os nomes que comporiam a comissão de custeio e benefício da Previdência, que funciona no Senado. A comissão que trata da questão salarial, também composta de 19 senadores e 19 deputados, mas funcionando na Câmara, tinha reunião marcada para as 16h00, mas Ibsem Pinheiro se atrasou e adiou o início para depois do encerramento da Ordem do Dia. No final das contas, foi o 1º vice-presidente da Câmara, Genésio Bernardino, quem abriu a reunião.

## Protesto e retirada

Depois do anúncio de que Garibaldi Alves e Arnaldo Faria de Sá ocupariam os postos-chave da comissão — os nomes foram aprovados por unanimidade, em votação



**Benevides abre no Senado o Fórum do Entendimento Nacional**

simbólica, num descuido do PDT — Amaury Müller, pedetista, presidente da Comissão do Trabalho, protestou. O líder Vivaldo Barbosa mostrou sua indignação, visivelmente preocupado com o espaço que o PDT perderia, com a instalação do Fórum, excluído da presidência. “O Fórum começa de maneira tão ruim, tão antiparlamentar. Fizeram um entendimento para nos esmagar”, queixou-se. Pelo acordo, o PMDB ficou com a presidência e o bloco, com a relatoria. Os pedetistas se retiraram para uma reunião de bancada numa sala ao lado e não voltaram para o encerramento.

O PT acabou aceitando o acordo, tendo aprovada uma proposta formulada pelo deputado Aluizio Mercadante, endossada pelo peemedebista Roberto Cardoso Alves, de criação de seis sub-relatorias. Sem a participação do PDT, que discutia a questão do acordo PMDB-PFL, os demais integrantes da reunião decidiram manter Arnaldo Faria de Sá como relator-geral e dividir os trabalhos nas seguintes subcomissões: política salarial, que ficará com o PTB; organização sindical, PSDB; contrato coletivo, PDT; política de preços, PL; participação nos lucros, PT; e salário mínimo, PDS.